

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O DESENVOLVIMENTO DAS LÍNGUAS IBÉRICAS E A POLÍTICA LINGUÍSTICA DO GOVERNO CENTRAL ESPANHOL

Geraldo Alves Teixeira Teixeira Júnior (UNICAMP)
gatjr@uol.com.br

INTRODUÇÃO E ESCLARECIMENTOS

A existência de uma política linguística central e homogeneizante assim como foi na Espanha em momentos específicos, exige, obviamente, um governo central. Apenas a existência de um governo central, contudo, não resulta necessariamente em uma política de normatização da língua. Isto é, para que tal política ocorra se requer ainda um projeto político centralizador. Na Espanha, tal projeto se apresentou em raros momentos, não possuindo uma continuidade prolongada. Mesmo quando essas políticas ocorreram, elas acabaram por não gerar os resultados pretendidos, por vários motivos, dentre os quais estão elementos da formação histórica daquele país.

Grandes diferenças político-culturais convivem naquele território, cujos povos foram unificados, a partir do século XV, por um projeto de Estado-Nação; projeto que, aliás, teve na Espanha um desenvolvimento precoce. Essa unificação política que não ocorreu instantaneamente na prática social, preservou, até nossos dias, alguma autonomia dos governos regionais – ainda que involuntariamente, em alguns momentos. Assim, se levássemos a fundo o tema *política linguística na Espanha*, deveríamos poder apresentar a situação das políticas linguísticas em cada uma dessas regiões.

A Espanha possui dezessete regiões autônomas e muitas delas realizam uma política linguística específica. Seria, portanto, inviável realizar análises sobre cada uma delas já que seriam tratadas superficialmente. Tal estudo ultrapassa os objetivos desse trabalho, o qual possui como foco apenas as políticas linguísticas do governo central. Não serão analisadas, portanto, as políticas linguísticas levadas a cabo por cada uma das regiões autônomas daquele país e, tampouco, como ocorreram as políticas linguísticas da Espanha para suas colônias americanas. O desdobramento de alguns temas específicos das

DEPARTAMENTO DE LETRAS

regiões autônomas será apresentado somente por ocasião da relação das regiões com o governo central ou com a língua castelhana⁴³.

A ORIGEM DAS LÍNGUAS DA PENÍNSULA IBÉRICA⁴⁴

Anteriormente à conquista romana existiam, na Península Ibérica, diversas línguas que continuaram a ser usadas mesmo após este fato. Com o passar do tempo, muitas delas desapareceram sendo substituídas por variantes do latim. Essas línguas de origem céltica, pré-célticas e tartésias, mesmo que tenham sido extintas, influenciaram o desenvolvimento do latim e a formação das línguas hispânicas. A única língua pré-românica que resistiu até os dias atuais foi o basco.

A romanização da região começa no século II a.C. O latim se expandiu rapidamente, sobretudo nas áreas urbanas, devido à sua normatização escrita, o seu uso jurídico, o prestígio de representar a língua do Império e, posteriormente ao seu uso religioso. No início da era Cristã o latim já era a língua de maior uso neste território. Ainda que essa língua possuísse uma uniformidade escrita, isso não se dava do mesmo modo na expressão oral, já que ela foi diversificada pelos comerciantes e soldados que entravam em contato, mas que eram originários de diferentes lugares. A partir do século V da nossa era a presença dos Visigodos na região acrescentou novas palavras ao léxico do latim, porém não desfez a relativa uniformidade linguística do latim na região.

A IDADE MÉDIA E A DIVERSIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

A Península Ibérica começa a se tornar uma região linguisticamente diversa principalmente a partir da invasão árabe, a qual acentuou uma fragmentação iniciada de forma tênue no período ante-

⁴³ Para simplificar a exposição, utilizarei preferencialmente o termo "castelhano" para designar o que entendemos por "espanhol".

⁴⁴ Por se tratar de um estudo histórico, as fontes dos dados e das informações constarão predominantemente na parte da bibliografia, ao invés de aparecerem durante o desenvolvimento do texto. Tal procedimento visa facilitar a continuidade da narrativa histórica. No entanto, nos casos de citações, tabelas ou ilustrações, as fontes aparecerão em seguida.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

rior. O árabe foi significativa na transformação daquelas línguas, exercendo influência mais perceptível no léxico e na fonética. Durante algum tempo existiu o bilinguismo entre o árabe e as outras línguas derivadas do latim, contudo, predominaram as variantes linguísticas cristãs.

Do século IX ao século XII no norte da Espanha atual, entre o Atlântico e o Mediterrâneo, foram consolidadas as variantes do latim que futuramente se diferenciaram em dialetos. Em outras regiões se desenvolveram romances que seriam a base das futuras línguas da Espanha. Já durante a Idade Média era possível identificar seis variedades de dialetos: o galego, o astur-leonês, o castelhano, o navarro-aragonês, o catalão e o moçárabe. Essa última variedade acabou por desaparecer com o tempo.

O termo castelhano deriva de “castilla”, variação do termo latino “castella”, plural de “castellum” que significava no período visigótico “pequeno compartimento militar”. No século IX, o castelhano era a língua falada por montanhese e bascos encarregados de defender a fronteira oriental do reino astur-leonês contra a invasão árabe. Daí o nome da região tornar-se “tierra de Castillos” em seguida “Castilla”. O primeiro castelhano se desenvolve em regiões de fala basca, no centro-norte espanhol. Esse romance hispânico é derivado, então, do contato entre o latim e o euskera basco que ocorre no Reino de Castela.

Nos séculos X e XI, o castelhano já se expandia em três frentes: leste, oeste e sul, ocupando, por fim, toda a região central da península, absorvendo de um lado o leonês e do outro o aragonês. Essa expansão deve-se à utilidade e ao prestígio da língua, mas também ao importante papel político que Castela desempenhou durante a Reconquista. Foi, de certo modo, a retomada da região pelos domínios cristãos que definiram o desenvolvimento das línguas na Espanha. Nesse contexto, o galego se expande em direção ao sul, originando o bloco galego-português. O catalão se expande por todo o leste da província após a independência conquistada pelos condes de Barcelona em relação ao Império Carolíngio. Foi o Reino de Aragão o responsável pela expulsão dos árabes da região leste da Espanha, porém, o domínio cultural catalão acabou prevalecendo devido à im-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

portante presença de Barcelona, de onde partia grande parte das pessoas que iriam re-povoar os territórios conquistados.

Fig. 1



Fonte: Atlas to Freeman's Historical Geography

Nesse processo algumas línguas que não conseguem se expandir acabaram sendo isoladas em regiões específicas, o que resultará nos futuros dialetos regionais. Este é, por exemplo, o caso do astur-leonês, que atualmente é o dialeto bable, ou leonês, e do navarro-aragonês. Há um processo simultâneo de homogeneização e diferenciação entre as diferentes línguas, o que irá limitar a quantidade de línguas e definir suas posições geográficas no território espanhol. Surge por exemplo o dialeto valenciano, resultado da convergência entre o catalão oriental, o ocidental e o aragonês; outro caso é o leonês que passa a ser cada vez mais absorvido pelo castelhano. Representando o processo de diferenciação podemos citar a formação do português, que se distancia do galego por incluir elementos das comunidades moçárabes de Coimbra e Lisboa. Essa língua acaba se diferenciando permanentemente, por motivos políticos que distanciavam o território de Portugal do restante da Península Ibérica.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ángel López⁴⁵ argumenta que a relativa rigidez do castelhano que permitiu sua persistência histórica é consequência do fato de que esta língua seria uma língua mista, intermediária, inicialmente entre o latim e o basco e, em seguida entre as línguas do leste e do oeste da península. Isso permite de certo modo compreender porque, enquanto as outras línguas passavam por vários processos dinâmicos de transformação que as definiriam futuramente como línguas ou dialetos, o castelhano permaneceu em uma posição segura, relativamente indiferente a isso.

É no final do século XIII que se configura na Espanha um mapa linguístico que seria o antecedente do atual. Durante o século XIV, portanto, a situação pouco se altera. Nesse período, o basco, contrariamente às demais línguas, sobreviveu por manter-se isolado – já que não teve papel importante durante a Reconquista – e pelo empenho de sua comunidade de falantes em manter uma identidade própria. A extensão territorial compreendida pelo basco era, na Idade Média, muito maior que a atual e certas regiões de Castela e de Aragão eram bilíngues, utilizando o basco como uma das línguas.

A língua de cultura medieval na península foi principalmente o galego-português, que desenvolveu desde cedo a poesia trovadoresca. Mesmo o catalão já se encontrava, no século XIII, no auge de sua literatura de Idade Média. Contrariamente a isso, o castelhano tem um desenvolvimento literário tardio, o que se deu pela substituição do latim na literatura oral e em alguns documentos jurídicos. Muitas dessas substituições, consideradas já como literatura castelhana da Idade Média usavam não exatamente o castelhano, mas uma coíné – o castelhano adicionado de outras línguas ou dialetos. É apenas a partir do século XIV e XV que o Castelhana irá se consolidar como língua de uso literário.

⁴⁵ López García, Ángel. *El rumor de los desarraigados*. Editorial Anagrama. Barcelona, 1985. Citado em Mazius, Klein – “Antecedentes Históricos De Los Conflictos Lingüísticos En España”. Centro de estudios: UCM. Disponível para download em: <http://apuntes.rincondelvago.com/conflictos-linguisticos-en-espana.html>. Cf. também: Marcos-Marín, Francisco A. “Política Lingüística y Lenguas Ibero europeas”. Universidad Autónoma de Madrid; disponível *on line* em <http://www.ucm.es/info/circulo/no18/marcos.htm>

DEPARTAMENTO DE LETRAS

A IDADE MODERNA E A CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA

Com a unificação da Espanha no século XV pelos reis católicos não há a tentativa de se estabelecer uma centralização linguística, já que a unidade do Estado passava principalmente pela religião. Prova da pouca relevância da questão linguística para as relações políticas é que, durante esse período o único reino que se rebelou foi o de Aragão, no século XVI, único local onde a coine espanhola havia se instaurado fora do reino de Castela. Nenhuma medida para estabelecer a unificação linguística se deu nessa época, porém, é esse um período muito fértil para o desenvolvimento da cultura literária em castelhano. Interessante notar que mesmo bastante modificada em relação ao castelhano, pela influência das diversas outras línguas com as quais faz fronteira na península, a coine espanhola continua sendo chamada de castelhano.

Com o humanismo originado do Renascimento tem-se um movimento inicial das línguas locais em detrimento do latim. A partir do século XV, esse fator, somado ao advento da imprensa – o que permitirá a tradução dos textos clássicos nas diversas línguas e tornará menos flexíveis as suas estruturas – faz com que a diferenciação das línguas na Espanha se torne mais acentuada, e as diferentes línguas passam a sofrer menos as influências umas das outras. O castelhano é sem dúvida a língua mais bem sucedida no período já que é a língua da corte e possui maior projeção internacional. Esse sucesso do castelhano impulsionará, durante os séculos XVI e XVII, o aparecimento de várias gramáticas e escritos sobre essa língua.

Apesar de que o catalão, o galego e o basco continuavam a ser a língua majoritária nos territórios dessas comunidades, sendo muitas vezes as únicas línguas faladas pelas pessoas que nelas viviam; essas línguas sofreram, durante a Idade Moderna, um período de decadência. Esse fato, mesmo que tenha se aprofundado devido ao prestígio do castelhano, não foi devido a uma perseguição das outras línguas. O basco, mesmo sem se fortalecer, apresentou, no século XVI, pela primeira vez desde sua criação imemorable, a primeira manifestação escrita. De todo modo, é nessa época que o castelhano passa a ser língua nacional. Assim mesmo, nada indicava que aquele país poderia ou deveria se tornar monolíngue.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O papel da Igreja como difusora do castelhano foi significativo, ainda que as hierarquias mais baixas dessa instituição continuassem a usar os vernáculos locais. Foram as ordens dos jesuítas que, fundadas curiosamente por um basco, identificaram o espanhol como língua da Igreja. A visão universalista dos jesuítas levava à pretensão da expansão da língua espanhola, internacionalmente e na Espanha, o que gerou, no fim desse período um conflito na Catalunha entre eles e o clero local.

O SÉCULO XVIII: PRIMEIRAS TENTATIVAS DE UNIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

As políticas linguísticas espanholas não se iniciam tão tardiamente, se considerarmos a gramatização das línguas como política linguística. Nesse sentido, Isabel de Castela encarrega Antonio de Nebrija de redigir a primeira gramática do castelhano, o que se conclui em 1492. Mesmo antes do século XV, a norma alfonsina estabelecia as primeiras medidas de ortografia para fixar a língua.

No entanto, é após a Guerra de Sucessão, com a chegada dos Bourbons ao trono espanhol, que, no século XVIII, se originam as primeiras pretensões de unificar a língua no Estado espanhol. A nobreza catalã tinha se posicionado contrariamente aos Bourbons durante a guerra. De modo similar ao que essa dinastia realizou na França em termos de política linguística, Felipe V estabelece uma política para que o castelhano fosse a única língua oficial na Catalunha. Fixam-se os decretos de Nueva Planta, segundo o qual o catalão passava a ser proibido nos âmbitos oficiais. Essas políticas iniciais são direcionadas exclusivamente à região catalã porque além do conflito político já citado entre Felipe V e a nobreza catalã – provavelmente o maior obstáculo à consolidação do poder do Bourbon –, o catalão era o único dos vernáculos que se desenvolvia com maior força e consciência.

Alguns anos depois, o maior expoente do “despotismo esclarecido” na Espanha, Carlos III, irá estabelecer a *Real Cédula*, que, reforçando os decretos de seus antecessores, proíbe o catalão de ser empregado estabelecendo o castelhano como língua obrigatória na educação e na administração. Assim se apresentava sua ordem: “Fi-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

nalmente mando, que la enseñanza de primeras Letras, Latinidad, y Retórica se hagan en lengua castellana generalmente, dondequiera que no se practique.”⁴⁶

Essas medidas, contudo, não foram bem sucedidas já que a presença do Estado nas instituições e os meios de que dispunha para levar adiante as proibições eram muito escassos, principalmente se comparados com as políticas de unificação do idioma francês realizado pela mesma dinastia. Um fator importante que permitiu o início da estandardização do idioma espanhol foi a criação da Real Academia Española, a qual, inspirada nas precedentes academias florentina e francesa, dos séculos XVI e XVII, respectivamente, pretende fixar normas gerais e constituir-se em um símbolo de pureza da língua. Entre 1726 e 1739 essa academia publica o Diccionario de la Lengua Castellana, conhecido como Dicionario de Autoridades.

O status das demais línguas vernáculas durante esse período foi muito rebaixado e elas passaram a ser entendidas como línguas rústicas e a ser usadas, sobretudo, como língua familiar. No entanto criou-se em todas elas uma consciência de língua perseguida o que acabou por diminuir significativamente o fluxo de influência mútua que ainda se verificava no período anterior. É, portanto, no Século das Luzes que se iniciam os conflitos linguísticos na Península Ibérica, onde, até o momento as diferentes línguas haviam convivido sem grandes problemas. O responsável direto por isso, não há dúvidas, é o próprio Estado espanhol que se empenhava em construir um Estado-Nação em sua configuração moderna e promover seu fortalecimento. Não por acaso datam também dessa época o hino (1770) e a bandeira espanhola (1785).

SÉCULO XIX: CONFLITOS LINGUÍSTICOS

Ainda que o cenário linguístico estabelecido não indicasse de forma alguma que a Espanha pudesse vir a ser monolíngue, é interessante notar que, no final do século XVIII o uso do espanhol havia se estendido de forma muito mais acentuada que o francês, na França,

⁴⁶ Citado em “Planificación lingüística em Espana”. Francisco-Moreno Fernández. Instituto Cervantes. Universidad de Alcalá.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ou o italiano, na Itália. Já nessa época, cerca de 80% da população de 12 milhões de habitantes espanhóis conheciam e utilizavam o espanhol. O século XIX viu a implantação social do castelhano em todo o território e, graças também a esse fato a língua espanhola se modernizou atendendo às necessidades expressivas das novas ciências e tecnologias, o que se deu principalmente por meio do acréscimo de neologismos ao léxico.

No início do século XIX parece haver um desinteresse, seja por parte dos liberais, seja por parte dos tradicionalistas, pela recuperação das línguas vernáculas. Na verdade se considerava que não havia problema algum em oficializar uma língua geral se essa não impedisse o uso da língua popular tradicional. Porém, essa situação logo se modificaria devido ao romantismo que, concede um lugar de destaque às línguas populares e suscitará o renascimento da literatura, primeiramente em basco, em seguida em catalão e em galego. Inicia-se, então, o movimento cultural que na Espanha se conhece como a “Renacimiento” – *Renaixença*, *Rexurdimento* ou *Berpizkund*; em catalão, galego e basco, sucessivamente.

O catalão passa por uma revitalização de seu movimento literário, por uma normatização e passa a exercer reivindicações políticas, o que provocará diversas reações por parte do poder central. Esse papel político do catalão não foi homogêneo em todo o território de fala catalã, já que, por exemplo, nas Ilhas Baleares não havia uma burguesia e uma classe média tão forte para sustentá-lo e, na Valência – onde o catalão era diferenciado em um dialeto valenciano, resultado da influência do aragonês – as elites agrícolas que o utilizavam temiam ser assimiladas politicamente pelas reivindicações da Catalunha.

O Renascimento teve papel diferenciado não só no interior das distintas regiões, mas também entre elas. Na Galícia esse movimento foi mais literário e teve um papel político muito fraco no século XIX já que a burguesia local via o galego como um obstáculo à promoção social, o que gerou uma castelhanização dos núcleos urbanos.

O basco, como sempre, é um caso à parte. Esta língua, com exceção de um breve momento, não possuía tradição literária e a burguesia local esteve, desde o início da industrialização, vinculada ao poder central. Logo, essa língua pertence naquele momento, so-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

bretudo aos espaços agrícola, pesqueiro e, por vezes, religioso. Além disso, o basco é enfraquecido também devido à crescente imigração de pessoas de fala castelhana – que dificilmente eram assimiladas pela cultura basca devido a suas particularidades e distância linguística – e porque era uma língua dialetizada, o que favorecia sua fragmentação. Apesar de não ter, até então, sofrido uma perseguição semelhante àquela pela qual passou o catalão, o basco passa a se sentir ameaçado o que leva Sabino Arana a transformar essa língua pela primeira vez em uma arma política, questionando a identidade espanhola do povo basco e acrescentando uma intenção secessionista a esse nacionalismo.

A resposta do governo central varia bastante durante o século XIX, passando em determinados momentos da proibição à tolerância e ao reconhecimento de que a Espanha é um país plurilíngue. Em nenhuma das oito constituições espanholas desse século havia referências às questões linguísticas. Ainda que muitas das leis, de âmbito inferior não impedissem o uso das outras línguas, elas o tornava mais difícil, favorecendo o castelhano. No final do século XIX o federalismo da Primeira República favoreceu o reconhecimento da diversidade e, nesse contexto, o catalão voltou a ser utilizado em documentos oficiais e no Instituto de Bilbao fundou-se a primeira cátedra de língua basca.

SÉCULO XX: AVANÇOS E RETROCESSOS NO RECONHECIMENTO DAS AUTONOMIAS REGIONAIS

O início do século XX presencia a criação das academias de língua galega, catalã e basca, respectivamente em 1905, 1907 e 1919. Elas possuem a intenção de realizar uma normatização dessas línguas, para que pudessem se modernizar e realizar sua implantação social.

No sentido oposto às últimas medidas de fortalecimento das línguas regionais no final do século XIX, a ditadura do General Primo de Rivera, de 1923 a 1930, volta a tentar estabelecer a unificação linguística por meio de proibições, o que resulta no aumento da radicalização dos movimentos nacionalista regionais. Data dessa época o primeiro mapa linguístico da Espanha.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Em seguida, com o advento da Segunda República, que duraria até a Guerra Civil em 1936, pretende-se restaurar a convivência harmônica das diferentes línguas, reconhecendo a Espanha como plurilíngue e estabelecendo os Estatutos de Autonomia. Com isso, o galego, o catalão e o basco ganharão o status de línguas co-oficiais. A constituição de 1931 é importante porque pela primeira vez na história da Espanha é estabelecido em um documento jurídico de âmbito superior, o nome oficial da língua, *castellano*, assim como seu caráter de oficialidade.

A Guerra Civil, que resultou na tomada do poder pelo general Franco retornará, desde o início, às políticas de unificação linguística, que resultam nas mais duras perseguições às diferentes línguas. Foi, sem dúvida, o período de maior acirramento dos conflitos linguísticos, que provocou, por um lado, a recusa das áreas de fala castelhana em relação às demais e, pelo outro, um sentimento de genocídio cultural nas outras comunidades. Não seria possível discorrer aqui sobre período tão desafortunadamente importante da história da Espanha. O governo, assim como as políticas praticadas, não se alteraram antes da morte do ditador, em 1975.

Posteriormente, a constituição espanhola de 1978 inicia o período linguístico pelo qual passamos, com o reconhecimento, novamente, da co-oficialidade das outras línguas da Espanha. Essa constituição não especifica quais são as “outras línguas” que poderiam gozar de um status de co-oficialidade, deixando isso a critério dos Estatutos de Autonomia das diferentes comunidades. Daí cada uma delas poderem colocar em prática políticas linguísticas específicas, tornando complexa, mesmo legalmente, a realidade linguística da Espanha.

PROBLEMATIZAÇÃO: A QUESTÃO LINGUÍSTICA ATUAL

Além de reconhecer a diversidade linguística estabelece-se na constituição de 1978 que o castelhano seria a língua comum de toda a Espanha, denominação muito discutida porque, como foi aqui mostrado, o que se chama castelhano é na verdade uma língua muito transformada pelas demais ao longo da história. Ángel López localiza na chamada “Geração de 98” – movimento literário espanhol do

DEPARTAMENTO DE LETRAS

século XIX – a identificação do castelhano com o espanhol, mas argumenta que essa relação é “de escasso embasamento científico”⁴⁷.

Fig. 2



Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Imagen:Mapa_Espanha_CC_AA.png

O mapa linguístico da Península Ibérica atual se apresenta, simplificada, conforme consta na **Fig. 3**.

Esse mapa, porém, mesmo que represente bem, segundo Jesús Burgueño⁴⁸, a geografia das diferentes línguas, não apresenta as realidades sociolinguísticas das distintas regiões. Para este autor, a “caracterização sociolinguística básica dos territórios bilíngues” possu-

⁴⁷ López García, Ángel. *El rumor de los desarraigados*. Editorial Anagrama. Barcelona, 1985. Citado em Mazius, Klein – “Antecedentes Históricos De Los Conflictos Linguísticos En España”. Centro de estudios: UCM. Disponível em: <http://apuntes.rincondelvago.com/conflictos-linguisticos-en-espana.html>.

⁴⁸ Burgueño, Jesús. “El Mapa Escondido: Las Lenguas De España”. Departamento de Geografía y Sociología. Universitat de Lleida.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

em dez configurações de situações diferentes devido ao papel desempenhado pelos distintos dialetos no interior de cada uma delas.

Fig. 3

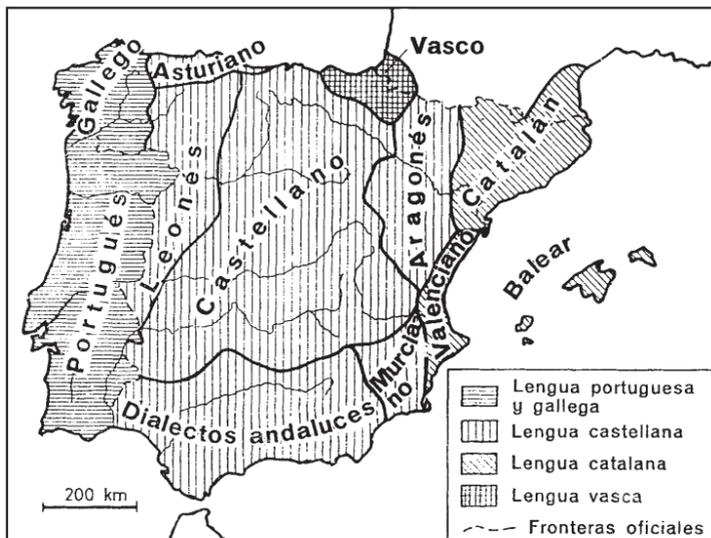


Figura 3 «Lenguas y dialectos.» H. Lautensach (1967): *Geografía de España y Portugal*, Vicens Vives, Barcelona, figura 37a.

Fonte: El Mapa Escondido: Las Lenguas de España

O modo como os territórios são demarcados neste mapa não permitiriam, a princípio, compreender, por exemplo, que existem locais onde se fala galego ou catalão que não se localizam no interior das comunidades autônomas nele delimitadas. Deve-se esclarecer ainda que no interior dessas comunidades legais existem cidades integralmente de fala castelhana.

A questão da oficialidade das línguas é muito complexa e, na prática não está restrita ao âmbito legal, na medida em que há a utilização na educação e nos órgãos públicos de línguas que teoricamente não seriam oficiais no local. É este o caso de Pamplona, por exemplo, onde apesar de que a língua basca não seja oficial, uma pessoa pode se dirigir à administração autônoma nessa língua. Ao todo, atualmente, são reconhecidas as oficialidades de seis línguas distin-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

tas do castelhano: o catalão, o basco, o galego, o occitano, o valenciano e o bable (ou leonês) – esta última uma oficialidade mais “tê-nue”, conferida pela autonomia de Astúrias. Muitos linguistas estudiosos do tema, no entanto, consideram que o valenciano não constitui uma língua diferente do catalão, ainda que em seu estatuto de autonomia nenhuma referência se faça à denominação “catalã” da língua, colocando-a apenas como “língua valenciana”.

O castelhano, é certo, representa uma espécie de variante de prestígio, já que é a única língua a ser utilizada em todo o Estado espanhol, porém esse papel é diferente no interior das distintas autonomias como comprovam alguns dados apresentados por Burgueño:

— sólo en Cataluña existe un porcentaje claramente mayoritario (54%) a favor de la enseñanza mayoritariamente en la lengua propia con el castellano como asignatura obligatoria;

— en Galicia, Baleares y País Vasco la posibilidad que recibe más refrendo (30-37%) es la enseñanza en castellano con la lengua autóctona como asignatura obligatoria;

— en el País Valenciano y en Navarra, la mayoría absoluta de los encuestados (53 y 67% respectivamente) defienden la enseñanza en castellano con la lengua de la comunidad como asignatura voluntaria.

Cabe añadir que únicamente en el País Vasco existe un porcentaje de la población superior al 10% (concretamente un 13%) partidario de la enseñanza en vasco con el castellano como asignatura simplemente voluntaria⁴⁹.

A diglossia, com o espanhol representando a língua de prestígio e as outras a subordinada, é, portanto, bastante comum nas autonomias, o que se deve a diversos fatores, entre os quais figuram: a não utilização das línguas locais por suas respectivas elites, a preferência dos jovens pelo castelhano e a predominância dos meios urbanos sobre o rural. Mesmo assim, o castelhano é aprendido majoritariamente na escola e não em casa, como demonstra a tabela abaixo e 28 milhões de espanhóis convivem com uma língua não castelhana em 28% do território, e um percentual semelhante da população desse Estado é bilíngue.

Medio de

⁴⁹ “El Mapa Escondido: Las Lenguas de España”. Jesús Burgueño. Departamento de Geografía y Sociología. Universitat de Lleida.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

aprendizaje:	Cataluña	Valencia	Baleares	Galicia	P. Vasco	Navarra
Casa	7	14	4	10	7	12
Escuela	72	67	70	71	57	52
Trabajo	1	1	1	4	6	4
Amigos	6	2	4	1	5	-
Vecindario	5	4	13	5	13	24
Medios	-	-	3	1	-	-
Cursos	1	1	-	-	-	-
No responden	8	11	5	8	12	8

Fonte: "Política Lingüística Y Lenguas Iberouropeas".
Francisco A. Marcos-Marín. Universidad Autónoma de Madrid

POSSIBILIDADES FUTURAS

Pode-se desconfiar de qualquer tentativa de se estabelecer uma perspectiva muito segura do desenvolvimento da questão linguística na Espanha. Há fatores que surgem no século XX e que certamente não produziram todas as consequências. Entre os principais fatores conhecidos que podem gerar situações inesperadas estão: a generalização do ensino, o acesso à grande variedade de meios de comunicação e a imigração acentuada rumo aos países europeus. Esses fatores, no entanto, podem atuar tanto pela uniformização quanto pela diversificação das línguas na Espanha, já que tanto os governos regionais quanto o central fazem uso ou estão sujeitos a eles. De qualquer modo, a imigração certamente desempenhará um papel de transformação nas línguas da Espanha, já que ali os estrangeiros foram, por muito tempo, mais bem recebidos que em outros países europeus.

Como perspectiva política, o cenário para o qual parece apontar a política internacional é o de desmembramento dos Estados, cujos indícios podem ser verificados, por exemplo, nos conflitos sociolinguísticos da China, nos movimentos islâmicos na Rússia, na constituição de uma Zona Autônoma Mexicana; e na criação de novos Estados, resultados na divisão de um anterior, através da realização de plebiscitos na Europa do leste e na Oceania. Ocorre que, mesmo se esses indícios confirmarem a tendência para a qual apontamos, isso não significa que o Estado espanhol – reconhecido pelas autonomias regionais que constituem praticamente nações dentro da nação –, seguirá a mesma tendência, já que a constituição atual, apesar de estabelecer as Autonomias, explicita que o Estado espanhol é indis-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

solúvel. De todo modo, se o governo central não intensificar a centralização política, e se mantiver políticas de um federalismo acentuado, as Autonomias locais podem ser desestimuladas a conduzirem um conflito político separatista.

O que se pode dizer em relação a isso é que essa tendência externa – de desmembramento dos Estados – exige um certo tipo de comportamento do Estado internamente para que suas diferentes regiões não encontrem justificativas para seguirem o caminho da divisão. Assim sendo, dificilmente, pelo menos se considerarmos a manutenção da condição democrática na Espanha, haverá novas tentativas de se estabelecer o monolinguismo no Estado, já que isso certamente levaria à explosão de conflitos culturais que estão relativamente controlados pela política de autonomia regional. Nessa perspectiva a tendência é a de convivência entre as diferentes línguas. Interessante notar que, apontando nessa direção, já existe inclusive um tradutor automático, disponível desde junho de 2006 pelo site <http://www.opentrad.com>, que permite traduzir textos entre o espanhol, o galego, o basco e o catalão.

Em sentido contrário à maior diversificação linguística podemos ressaltar que, por ser o espanhol a língua comum em todo o território e pela necessidade de integração regional do Estado para uma competição na economia globalizada, essa língua continuará a ser privilegiada, na prática, em relação às demais. Isso certamente ainda pode levar ao desaparecimento de alguns dialetos sucessores dos vernáculos que se desenvolveram na Idade Média. É exemplo disso a atual situação da Autonomia de Astúrias que estabelece apenas sob caráter gradativo e voluntário a oficialidade do bable ou leonês e do galego-asturiano. Segundo o Estatuto em questão o uso dessas línguas – já que gozam de status de oficiais – deve respeitar as realidades sociolinguísticas.

A situação futura será desenvolvida como resultado do conflito entre essas duas perspectivas, adicionado ainda dos fatores de incerteza apresentados no início do texto. Algo que podemos aprender através de uma análise histórica é que qualquer resultado produzido é reversível enquanto uma língua não for extinta. A extinção de qualquer uma das grandes línguas da Espanha – galego, castelhano, catalão, basco – é improvável, sobretudo devido à normatização e ao re-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

gistro pelo qual elas passaram. Uma língua não necessita necessariamente se expandir ou ser prestigiada para que sobreviva; como observamos no caso do basco, o isolamento pode ser também uma forma de garantir sua preservação, até outro momento em que ela tenha novamente a possibilidade de se desenvolver, alterando favoravelmente a si a situação e modificando também a situação das demais.

REFERÊNCIAS⁵⁰

Geral

AULA INTERCULTURAL. *Openrad, el traductor de las lenguas cooficiales de España*. 01/06/2006. Disponível em:

<http://www.aulainterultural.org/article.php3?id_article=1622>

BURGUEÑO, J. El Mapa Escondido: Las Lenguas de España. Departamento de Geografía y Sociología. Universitat de Lleida. *Boletín de la A.G.E.* N° 34 – 2002.

FERNÁNDEZ, F.-M. Planificación lingüística em España. **In:** *III Congresso Brasileiro de Hispanistas*, 2004. Florianópolis: UFSC. Disponível em:

<http://www.lle.cce.ufsc.br/congresso/trabalhos_lingua/Francisco%20Moreno-Fernandez.doc >

MARCOS-MARÍN, F. A. *Política lingüística y lenguas iberoeuropeas*. Universidad Autónoma de Madrid. Disponível em:

<<http://www.ucm.es/info/circulo/no18/marcos.htm> >

MAZIUS, K. *Antecedentes históricos de los conflictos lingüísticos en España*. Centro de estudios: Universidad Complutense de Madrid. Disponível para download em:

<<http://apuntes.rincondelvago.com/conflictos-linguisticos-en-espana.html>>

⁵⁰ Os textos utilizados são quase que integralmente retirados da internet. Devido à questão da confiabilidade da fonte, porém, priorizou-se primeiramente sites de universidades ou de textos acadêmicos. Foram consultados também sites do governo central e dos governos regionais. Por fim, em menor escala, leituras de artigos de jornais foram também parte da pesquisa.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

MENÉNDEZ, J. *La política lingüística en España*. Seções dos estatutos de autonomia da Cataluña; do País Basco; da Galícia; do Principado de Astúrias; de Aragão; da Comunidade Valenciana; das Ilhas Baleares e; de Navarra.

_____. La babelización de España. *Université de Caen, Francia*.

Disponível em:

<<http://www.lehman.cuny.edu/ciberletras/v14/menendez.htm>>

MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIA. La España de las Autonomías. 10/10/1994.

Sobre o basco

INSTITUT DE SOCIOLINGÜÍSTICA CATALANA. Le Basque en Navarre. Disponível em:

<www.uoc.es/euromosaic/web/document/basc/fr/i2/i2.html>

INSTITUT DE SOCIOLINGÜÍSTICA CATALANA. Le Basque en Espagne. Disponível em:

<<http://www.uoc.es/euromosaic/web/document/basc/fr/i1/i1.html>>

TLFQ, UNIVERSITE LAVAL. “Le pays Basque” dans *L'aménagement linguistique dans le monde*. Québec. Disponível em: <http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/europe/espagnebasque.htm>

Sobre o galego

LA NUEVA ESPAÑA. Editorial Prensa Asturiana – El Eo-Navia rechaza el plan lingüístico gallego; disponível em:

<<http://www.lne.es/secciones/noticia.jsp?pIdNoticia=241531&pIdSeccion=41&pNumEjemplar=764>>

INSTITUT DE SOCIOLINGÜÍSTICA CATALANA. Le galicien en Espagne. Disponível em:

<<http://www.uoc.es/euromosaic/web/document/gallec/fr/i1/i1.html#2.2>>

VIEIROS. O galego coma deber no Estatuto. 19/04/2006. Disponível em: <<http://www.vieiros.com/gterra/nova.php?Ed=5&id=49325>>.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

XORNAL.COM. Méndez Romeu: 'Non hai reticencia no uso do galego nas administracións'. 01/06/2006. Disponível em:
<<http://www.xornal.com/article.php3?sid=20060601140854>>.

Sobre o catalão

GENERALITAT DE CATALUNYA. Publicacions en línia. El Catalán, Lengua de Europa; disponível em
<http://www6.gencat.net/llengcat/publicacions/cle/docs/cle06_cast.pdf>

GENERALITAT DE CATALUNYA. Ley 1/1998, de 7 de enero, de política lingüística. Disponível em:
<<http://www20.gencat.cat/portal/site/Llengcat/menuitem.1ab5a94fef60a1e7a129d410b0c0e1a0/?vgnextoid=4d67f9465ff61110VgnVCM1000000b0c1e0aRCRD&vgnnextchannel=4d67f9465ff61110VgnVCM1000000b0c1e0aRCRD>>

PERIODISTA DIGITAL. ¿Oprime la Generalitat a parte de sus ciudadanos?. 27/10/2005. Disponível em:
<<http://www.periodistadigital.com/espana/object.php?o=212095>>

Sites consultados

http://es.wikipedia.org/wiki/Imagem:Mapa_Espanha_CC_AA.png

http://www.portalingua.info/es/recherche/recherche_results/1/30/index.php?rapport=3

<http://www.opentrad.com>

<http://www.mec.es>

http://oddens.geog.uu.nl/index.php?-DB=Oddenstest&-Lay=Layout+%25231&-format=campbell_results.htm&-error=campbellh_error.htm&-SortField=SorteerOpNaam&-SortOrder=Ascending&-SortField=Themecountry&-SortOrder=Ascending&-SortField=Category&-SortOrder=Ascending&-max=100&-lop=AND&-op=cn&Category=Maps+and+Atlases++Old&-op=cn&Themecountry=&-Find>Show+me+the+links

DEPARTAMENTO DE LETRAS

<http://www.pais-global.com.ar/mapas/mapa00.htm>

http://www.lib.utexas.edu/maps/map_sites/hist_sites.html#general

<http://www1.universia.net/catalogaxxi/C10037PPPTII2/S11662/P11649NN1/INDEX.HTML>

<http://www.uoc.edu/euromosaic/>

<http://www.gencat.cat/>

<http://www.la-moncloa.es/default.htm>